



CONCURSO PÚBLICO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/RS EDITAL Nº. 01/2008



CONSULPLAN
www.consulplan.net
atendimento@consulplan.com

PROVA I (TARDE) – PRETA

INSTRUÇÕES

- 01 - Material a ser utilizado: caneta esferográfica azul ou preta. Os objetos restantes devem ser colocados em local indicado pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado e devidamente identificado com etiqueta.
- 02 - Não é permitido consulta, utilização de livros, códigos, dicionários, apontamentos, apostilas, calculadoras e etc. Não é permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento com respectiva identificação de telefone celular, bip e outros aparelhos eletrônicos.
- 03 - Durante a prova, o candidato não deve levantar-se, comunicar-se com outros candidatos e nem fumar.
- 04 - A duração da prova é de 04 (QUATRO) horas, já incluindo o tempo destinado à entrega do Caderno de Questões e à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO).
- 05 - Somente em caso de urgência pedir ao fiscal para ir ao sanitário, devendo no percurso permanecer absolutamente calado, **podendo** antes e depois da entrada sofrer revista através de detector de metais. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá utilizar o sanitário. Caso ocorra uma emergência, o fiscal deverá ser comunicado.
- 06 - O Caderno de Questões para os cargos de Analista Judiciário consta de 80 (OITENTA) questões objetivas de múltipla escolha e para os cargos de Técnico Judiciário, o Caderno de Questões consta de 70 (SETENTA) questões.
- 07 - As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com cinco opções (A a E) e uma única resposta correta.**
- 08 - Deve-se marcar na FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO) apenas uma opção em cada questão, com caneta azul ou preta, SEM RASURÁ-LA, SEM AMASSÁ-LA, SEM PERFURÁ-LA. Caso contrário, a questão será anulada.
- 09 - Ao terminar a conferência do Caderno de Questões, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. Inclusive, o candidato **deve verificar** se o cargo em que se inscreveu encontra-se devidamente identificado no Caderno de Questões na parte superior esquerda da folha nº 02.
- 10 - Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe, única e exclusivamente ao candidato, interpretar e decidir.
- 11 - O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas **após 120 (cento e vinte) minutos** de seu início e só poderá levar o Caderno de Questões no decurso dos últimos **30 (trinta) minutos** anteriores ao horário previsto para o seu término.
- 12 - É proibida a reprodução total ou parcial deste material, por qualquer meio ou processo, sem autorização expressa da **Consulplan**. Em nenhuma hipótese a **Consulplan** informará o resultado por telefone.
- 13 - A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar na anulação da prova do candidato.
- 14 - O candidato deverá assinalar obrigatoriamente o campo da FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO) correspondente à cor de sua prova, caso contrário, o mesmo será **EXCLUÍDO** do CERTAME.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas escritas objetivas de múltipla escolha serão divulgados na Internet, no site www.consulplan.net, às 16h00min do dia 15 de dezembro de 2008.
- Os recursos deverão ser apresentados conforme determinado no **item 08** do Edital nº01/2008, não esquecendo principalmente dos seguintes aspectos:
- a) Caberá recurso contra questões das provas e contra erros ou omissões no gabarito, até **48(quarenta e oito) horas** ininterruptas, iniciando-se às **16:00 horas do dia 16 de dezembro de 2008, encerrando-se às 16:00 horas do dia 18 de dezembro de 2008.**
- b) A decisão proferida pela Banca Examinadora tem caráter irrecorrível na esfera administrativa, razão pela qual não caberão recursos adicionais.
- c) A interposição de recursos poderá ser feita **somente via Internet**, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referentes a sua inscrição, apenas no prazo recursal à Consulplan, conforme disposições contidas no site www.consulplan.net, no link correspondente ao Concurso Público.
- d) Serão rejeitados os recursos não fundamentados, enviados via postal, via fac-símile (fax) e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato.

CADERNO DE QUESTÕES

A cidade no alto da colina

“Se ainda existe alguém que duvida que os EUA são um lugar onde tudo é possível, que ainda conjectura se os sonhos de nossos fundadores continuam vivos, que ainda questiona o poder de nossa democracia, esta noite é a resposta.” No discurso da vitória, no Grant Park de Chicago, Barack Obama foi adiante e falou ao mundo: “E para todos aqueles que se perguntam se o farol dos EUA ainda brilha com a mesma intensidade, esta noite nós provamos uma vez mais que a verdadeira força de nossa nação não emana da capacidade de nossas armas ou do tamanho de nossa riqueza, mas do poder persistente de nossos ideais: democracia, liberdade, oportunidade e inflexível esperança.” O novo presidente retomou um fio histórico muito antigo, conectando-se à tradição do excepcionalismo americano.

(Demétrio Magnoli, *O Globo*, 13 de novembro de 2008 – fragmento)

01) “Se ainda existe alguém...” O vocábulo grifado anteriormente apresenta o mesmo sentido em:

- A) Proteja-se enquanto há tempo.
- B) Eles se manifestam em favor da vida.
- C) Não se iluda com palavras.
- D) Talvez seja possível se você chegar a tempo.
- E) Caso ele se disponha a trabalhar, poderemos voltar a conversar.

02) “...que ainda questiona o poder de nossa democracia, esta noite é a resposta.” O trecho grifado tem a mesma função sintática que o destacado em:

- A) Preserve a Mata Atlântica.
- B) Faça uma cuidadosa leitura da prova.
- C) Ele mora perto de um grande monumento.
- D) A preservação da biodiversidade é necessária às gerações futuras.
- E) Fui enganado por ambos.

03) Considerando trechos transcritos no texto anterior do discurso de Barack Obama, avalie as seguintes afirmativas:

- I.** Ao dizer a respeito de sonhos que ainda continuam vivos, Obama usa recursos que são capazes de sensibilizar e emocionar as pessoas que o ouviam.
- II.** Obama afirma que a resposta para quaisquer dúvidas que porventura poderiam existir a respeito do poder da democracia norte-americana está naquela noite, referindo-se à sua vitória como presidente eleito.
- III.** Para Obama, a força dos EUA não está apenas na capacidade de suas armas ou no tamanho de sua riqueza, mas também nos ideais democráticos.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- A) I
- B) I e II
- C) III
- D) I e III
- E) I, II e III

04) Está em desacordo com a norma culta da língua apenas:

- A) O Amazonas deságua no oceano Atlântico.
- B) “Os EUA são um lugar onde tudo é possível.”
- C) Os Estados Unidos terão novo presidente.
- D) Santos ficam em São Paulo.
- E) Campos é cidade fluminense.

05) Observe o trecho a seguir: “No discurso da vitória, no Grant Park de Chicago, Barack Obama foi adiante e falou ao mundo.” O uso da vírgula tem a mesma função exercida no trecho em destaque em:

- A) Dois dias depois, estavam juntos novamente.
- B) Não responda, que será pior.
- C) Chocolates, doces, biscoitos, eram proibidos.
- D) Amigos, não tenho amigos.
- E) Brasília, capital da República, foi fundada em 1960.

06) “E para todos aqueles que se perguntam se o farol dos EUA ainda brilha...” Observando a colocação pronominal anteriormente destacada, assinale a alternativa em que há INADEQUAÇÃO quanto à norma culta da língua:

- A) É necessário dizer-lhe a verdade.
- B) Se acenderam as lâmpadas.
- C) O político que me chamou é meu amigo.
- D) Nós o persuadíamos.
- E) Tudo se transforma neste mundo.



07) O discurso de Obama usando a 1ª pessoa do plural demonstra:

- A) Supremacia de poder.
- B) Impessoalidade e conseqüente ausência de compromisso.
- C) A sutileza das suas palavras.
- D) Certa impessoalidade que garante que o discurso não é só dele, mas é também a voz do povo norte-americano.
- E) A garantia da veracidade do discurso.

08) Ao dizer que “*O novo presidente retomou um fio histórico muito antigo, conectando-se à tradição do excepcionalismo americano*”, o autor:

- A) Cria uma expectativa de que o novo presidente será rígido e tradicionalista.
- B) Confirma a soberania dos Estados Unidos falando sobre a sua tradição excepcional.
- C) Retoma a história norte-americana para atribuir veracidade ao texto.
- D) Atribui ao novo presidente uma condição de imaturidade e ao mesmo tempo sensibilidade para com o povo norte-americano.
- E) Indica que o novo presidente faz uma ligação com um histórico norte-americano de excepcionalismo, de possibilidades.

09) “...conectando-se à tradição do excepcionalismo americano.” O uso correto do acento grave indicador de crase pode ser observado também em:

- A) Fui à casa dela, mas voltei rapidamente.
- B) Descobri que a sua paixão é andar à cavalo.
- C) O novo presidente não dá ouvidos à reclamações.
- D) Oferecemos à vocês toda a oportunidade possível.
- E) Dirigi-me à uma pessoa qualquer.

TEXTO II

Artigo Final

Fica proibido o uso da palavra liberdade,
a qual será suprimida dos dicionários
e do pântano enganoso das bocas.

A partir deste instante
a liberdade será algo vivo e transparente
como um fogo ou um rio,
ou a semente do trigo
e a sua morada será sempre
o coração do homem.

(Mello, Thiago de. *Os estatutos do homem*. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986. fragmento)

10) “e do pântano enganoso das bocas.” O trecho destacado inicia-se por um vocábulo que indica, no contexto:

- A) Continuidade.
- B) Adição.
- C) Oposição.
- D) Referência.
- E) Indicação.

11) A respeito das palavras acentuadas no texto é correto afirmar que:

- A) Todas as palavras receberam acento pelo mesmo motivo.
- B) O til da palavra *coração* também pode ser considerado um sinal de acentuação.
- C) Apenas as palavras *será* e *dicionários* receberam acento pelo mesmo motivo.
- D) Apenas as palavras *pântano* e *dicionários* receberam acento pelo mesmo motivo.
- E) *Será*, *dicionários* e *pântanos* são acentuadas por motivos diferentes.

12) O texto II é a última estrofe de um dos poemas mais conhecidos do poeta Thiago de Mello, intitulado “*Os estatutos do homem*”. A respeito da linguagem usada no fragmento transcrito é correto afirmar que:

- I. Predomina a linguagem coloquial para que o texto se torne claro e objetivo.
 - II. Trata-se de uma linguagem técnica já que o poeta faz uma alusão à Declaração Universal dos Direitos Humanos.
 - III. O autor aproveita poeticamente o formato e a linguagem do texto normativo para escrever o seu poema.
- Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- A) I e II
- B) III
- C) II
- D) I
- E) I, II e III



13) A estrofe transcrita tem como tema principal:

- A) O coração do homem. D) A constante mentira em que as pessoas vivem.
B) Os direitos humanos. E) A liberdade.
C) A declaração dos deveres humanos.

14) “a qual será suprimida dos dicionários” O termo grifado retoma diretamente que outro vocábulo no texto?

- A) Suprimida. B) Palavra. C) Morada. D) Dicionários. E) Semente.

15) De acordo com o contexto da oração, indique a opção em que há INCORREÇÃO ortográfica:

- A) Os primeiros colonizadores surgiram há cerca de quinhentos anos.
B) Haverá uma palestra acerca das conseqüências do desmatamento.
C) Eles sempre demonstram idéias afins durante a discussão.
D) Estudou muito a fim de ser o primeiro colocado.
E) Ele deverá chegar a tempo, se não ninguém poderá ajudá-lo.

TEXTO III

“De tanto ver triunfar as nulidades,
de tanto ver prosperar a desonra,
de tanto ver crescer a injustiça,
de tanto ver agigantarem-se os poderes
nas mãos dos maus,
o homem chega a desanimar da virtude,
a rir-se da honra,
a ter vergonha de ser honesto”.

(Rui Barbosa)

16) Assinale a alternativa que demonstra uma conseqüência em relação a fatos mencionados no texto:

- A) De tanto ver triunfar as nulidades. D) de tanto ver prosperar a desonra.
B) o homem chega a desanimar da virtude. E) de tanto ver crescer a injustiça.
C) de tanto ver agigantarem-se os poderes.

17) “o homem chega a desanimar da virtude,
a rir-se da honra,
a ter vergonha de ser honesto”.

No trecho destacado anteriormente podemos perceber o uso correto da preposição “a”. Sabe-se que o mesmo NÃO ocorre em:

- A) Obedeço a velhos preceitos. D) Respondemos às perguntas propostas.
B) Não desobedeço a meus princípios. E) Abandonou ao velho naquela casa.
C) Respondi a vários interessados.

18) É correto afirmar que está de acordo com a norma culta:

- A) Venderam-se aquelas casas. D) Anunciaram-se um novo acordo.
B) Divulgou-se os resultados da pesquisa. E) Comprou-se aqueles apartamentos.
C) Transmitiram-se a notícia aos familiares.

19) A respeito das comunicações oficiais analise as afirmativas a seguir:

- I. Requerimento é a solicitação de algo de direito a uma autoridade.
II. O ofício é um documento emitido por órgão público cujo assunto é bem variado: cumprimentos, decisões, convites e determinações.
III. O memorando pode ser utilizado pelo serviço público e pela iniciativa privada, no âmbito interno ou externo.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- A) I B) I e II C) III D) I, II e III E) I e III

20) “Não é fácil saber _____ a situação persiste em não melhorar.” A alternativa que preenche corretamente a lacuna anterior é:

- A) por que B) por quê C) porque D) porquê E) por que ou por quê

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

21) São periféricos de saída e entrada (Misto) de um computador:

- A) Teclado, impressora, modems e placas de rede.
B) Dvds, modems, monitor e caixa de som.



- C) Monitor touchscreen, cds, dvds, modems e placas de rede.
D) Caixa de som, monitor, teclado e placa de rede.
E) Placa de captura TV, caixa de som, impressora e modem.

22) São componentes básicos de um computador:

- A) Hub, estabilizador, monitor, impressora, leitor óptico e mouse.
B) Dvds, leitor óptico, scanner, unidade de disco flexível, mouse, monitor e impressora.
C) Impressora, hub, scanner, monitor, teclado, mouse e CPU.
D) Gabinete, teclado, impressora, unidade de disco flexível, monitor, mouse e impressora.
E) CPU, disquete, leitor óptico, monitor, estabilizador, dvds, teclados, mouse e unidade de disco flexível.

23) Assinale o significado correto da sigla CPU:

- A) Central de Processamento de Dados.
B) Unidade Central de Processamento.
C) Unidade de Processamento Central.
D) Centro de Desenvolvimento de Dados.
E) Unidade de Informação Tecnológica.

24) A parte de sistemas e programas de um microcomputador é denominada:

- A) Firmware. B) Hardware. C) Software. D) Selfware. E) Netware.

25) A parte palpável, a qual pode-se tocar e ver, o equipamento propriamente dito incluindo os periféricos de entrada e saída de um computador, é também conhecida como:

- A) Firmware. B) Software. C) Selfware. D) Hardware. E) Netware.

NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

26) A Lei Federal nº. 11416, de 15 de dezembro de 2006, dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, quais sejam, aquelas constituídas pelo rol de cargos de provimento efetivo apresentados em seu artigo 2º. Marque a alternativa que corresponde ao correto preenchimento das lacunas do quadro a seguir, considerando a descrição sintética das áreas de atividade e a descrição sintética das atribuições dos cargos:

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS			
	1)	2)	3)
Descrição sintética das atribuições	Atividades básicas de apoio operacional.	Atividades de planejamento, organização, supervisão técnica, assessoramento, entre outras.	Execução de tarefas de suporte administrativo, entre outras.
ÁREAS DE ATIVIDADE			
	4)	5)	6)
Descrição sintética da área de atividade	Processamento de feitos, execução de mandados, análise e pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência, entre outras.	Recursos humanos, licitações e contratos, orçamento e finanças, controle interno e auditoria, entre outras.	Tarefas em que se exige dos titulares o devido registro no órgão fiscalizador, entre outras.

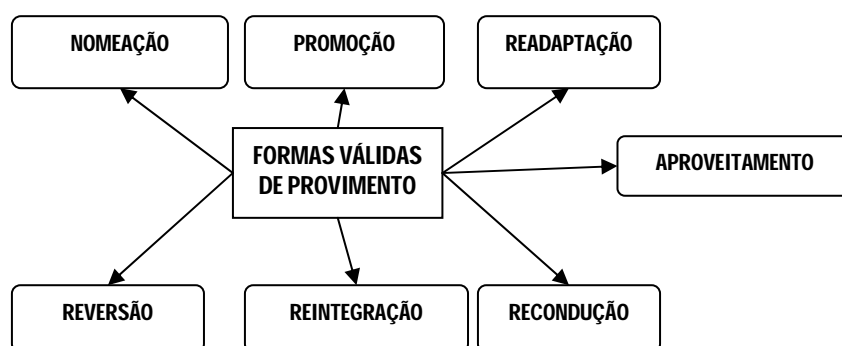
- A) 1 – Suporte Judiciário; 2) Analista Judiciário; 3) Auxiliar Judiciário; 4) Judiciária; 5) Apoio Especializado; 6) Administrativa.
B) 1 – Auxiliar Judiciário; 2) Analista Judiciário; 3) Técnico Judiciário; 4) Judiciária; 5) Administrativa; 6) Apoio Especializado.
C) 1 – Analista Judiciário; 2) Suporte Judiciário; 3) Técnico Judiciário; 4) Administrativa; 5) Judiciária; 6) Apoio Especializado.
D) 1 – Técnico Judiciário; 2) Auxiliar Judiciário; 3) Analista Judiciário; 4) Apoio Especializado; 5) Judiciária; 6) Administrativa.
E) 1 – Auxiliar Judiciário; 2) Técnico Judiciário; 3) Suporte Judiciário; 4) Apoio Especializado; 5) Administrativa; 6) Judiciária.
- 27) “O desenvolvimento dos servidores nos cargos de provimento efetivo das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário dar-se-á mediante progressão funcional e promoção”. Acerca destes dois institutos, é correto afirmar que:**
- A) A promoção implica a reinvestidura do servidor no cargo anteriormente ocupado, porque supõe o rompimento indevido de um vínculo jurídico outrora existente entre o Estado-administração e o indivíduo promovido.



- B) Progressão funcional é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
- C) A promoção é a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte, observado o interstício de um ano em relação à progressão funcional imediatamente anterior, dependendo, cumulativamente, do resultado de avaliação formal de desempenho e da participação em curso de aperfeiçoamento oferecido, preferencialmente, pelo órgão, na forma prevista em regulamento.
- D) A progressão funcional é a passagem do servidor estável de cargo efetivo para outro de igual denominação, pertencente a quadro de pessoal diverso, de órgão ou instituição do mesmo Poder.
- E) Ambos os institutos operam o preenchimento de cargo público efetivo diverso do de origem sem a realização do concurso público.

28) Os percentuais mínimos de cargos em comissão e funções comissionadas destinados para serem exercidos por servidores integrantes das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário da União são, respectivamente:

- A) 45% e 80% B) 60% e 85% C) 50% e 70% D) 35% e 90% E) 50% e 80%



Provimento, consoante leciona farta doutrina administrativa, é instituto jurídico que indica a forma de preenchimento de cargo público. Com apoio ao esquema acima, que apresenta diversas formas de provimento recepcionadas pelo ordenamento jurídico vigente, responda as questões 29, 30, 31, 32 e 33 a seguir:

- 29) Determinado cargo efetivo, chamado de “X”, corresponde a uma das diversas carreiras existentes nos quadros da Administração. Tal cargo efetivo é dividido em sete classes (I até VII) e cada uma de suas classes subdivididas em três padrões de vencimento (A, B e C). Ao servidor ocupante deste cargo passar do padrão de vencimento “C” da classe “VI” para o padrão de vencimento “A” da classe “VII”, criam-se as condições jurídicas para se operar a:
- A) Reversão. B) Recondução. C) Promoção. D) Nomeação. E) Readaptação.
- 30) Segundo lição doutrinária, há dois tipos de provimento: *originário* e *derivado*. Provimento originário é “aquele em que o preenchimento do cargo dá início a uma relação estatutária nova, seja porque o titular não pertencia ao serviço público anteriormente, seja porque pertencia a quadro funcional regido por estatuto diverso do que rege o cargo agora provido”. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que contém forma de provimento originário:
- A) Promoção. B) Aproveitamento. C) Reintegração. D) Nomeação. E) Readaptação.
- 31) Não havendo vaga quando da ocorrência de readaptação de determinado servidor, o procedimento correto a ser adotado pela Administração deverá:
- A) Permitir que o servidor exerça as atribuições do cargo no qual foi investido na condição de excedente, até que surja nova vaga.
- B) Ser a exoneração do servidor.
- C) Criar novo cargo especificamente para que este servidor o ocupe.
- D) Instaurar processo administrativo disciplinar.
- E) Aposentar compulsoriamente o readaptando.



32) Gusmão, nascido em 1936, aposentou-se voluntariamente aos 68 (sessenta e oito) anos de idade. No ano em curso, solicitou reversão para o cargo que ocupava. Contudo, a Administração negou o pedido, embora haja cargo vago atualmente e, por conseguinte, interesse na reversão do servidor. Considerando que Gusmão atende aos requisitos para o retorno à atividade por interesse da Administração (artigo 25, inciso II, da Lei nº. 8112/1990), esta negou-lhe o pedido pois:

- A) É vedada a reversão de servidor para exercer suas atribuições como excedente.
- B) Gusmão não era estável no exercício do cargo.
- C) Não pode ser revertido aposentado com a idade de Gusmão.
- D) O lapso temporal entre a data da aposentadoria de Gusmão e a data de solicitação de reversão supera o máximo estabelecido por Lei, ocasionando a decadência de seu direito em requerê-la.
- E) Não há dotação orçamentária para que Gusmão retorne ao exercício de suas atividades.

33) “Ao ser invalidada a demissão de determinado servidor por decisão administrativa ou judicial, este voltará a exercer as atividades do cargo que ocupava anteriormente. Se o cargo tiver sido extinto, tal fato acarretará a _____ do servidor; se o cargo tiver sido provido, se operará o instituto da _____ quanto a seu eventual ocupante”. As palavras que, ordenadamente, completam corretamente as lacunas da assertiva posta em análise são:

- A) demissão / inabilitação
- B) reintegração / nomeação
- C) transferência / reversão
- D) estabilidade / vacância
- E) disponibilidade / recondução

34) Analise as afirmativas abaixo:

- I. Exoneração é penalidade aplicada ao servidor em razão de infração funcional grave.
- II. Tanto a demissão, quanto a exoneração são atos administrativos que ocasionam a extinção do vínculo estatutário do servidor público.
- III. São exemplos de formas de provimento que ocasionam a vacância de cargos: a promoção e a readaptação.
- IV. No caso de cargo em comissão, pode a Administração exonerar *ex officio* o servidor se não satisfeitas as condições do estágio probatório.

Afrontam o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Federais apenas as afirmativas:

- A) II e III
- B) I, II e III
- C) I e II
- D) II, III e IV
- E) I e IV

35) A reversão está para o servidor aposentado assim como o aproveitamento está para:

- A) O servidor em licença.
- B) O servidor afastado.
- C) O servidor em disponibilidade.
- D) O servidor promovido.
- E) O servidor removido.

REGIMENTO INTERNO

36) Considerando a composição do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul, indique a alternativa INCORRETA frente ao que dispõe seu Regimento Interno:

- A) O juiz proveniente do Tribunal Regional Federal da região cuja jurisdição abrange o Estado será escolhido por este mesmo Tribunal.
- B) Os membros substitutos são escolhidos da mesma maneira que os efetivos, inclusive no que concerne ao número de componentes em uma e outra situação.
- C) A eleição dos membros efetivos do Tribunal, em um total de 04 (quatro), se dará dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado ou dentre os juízes de direito por este escolhidos.
- D) O Tribunal de Justiça indicará dois advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral para a composição do Tribunal Regional Eleitoral.
- E) Em todos os casos em que membros do Tribunal Regional Eleitoral são escolhidos por eleição, esta se dá por meio de voto secreto.

37) Cabe ao Presidente, ao Vice-Presidente e ao Corregedor Regional Eleitoral a administração do Tribunal, zelando pelas suas respectivas atribuições elencadas no Regimento Interno. Levando-se em conta estas funções, pode-se afirmar que:

- I. O Presidente eleito para o biênio será escolhido dentre os juízes integrantes da classe de desembargador.
- II. Ao desembargador que não for eleito Presidente caberá o exercício de Corregedor Regional Eleitoral.



- III. É função do Vice-Presidente indicar, nas comarcas com mais de uma Zona Eleitoral, o juiz a quem incumbirá a coordenação das mesmas.
- IV. A competência para nomeação da Comissão do concurso para provimento de cargos da Secretaria é do Presidente, com a aprovação pelo Tribunal.
- V. A competência para aplicação de pena disciplinar a funcionários das zonas eleitorais é exclusiva do Corregedor Regional Eleitoral.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- A) I, II e IV B) I, II, III C) IV e V D) II, III, e V E) I

38) A competência para prestação jurisdicional do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul pode ser dividida em originária (iniciada no próprio órgão) ou subsidiária (já iniciada em instâncias inferiores). Analise os itens a seguir assinalando sua respectiva modalidade de competência:

1. Originária () Suspeição ou impedimento de juízes e escrivães eleitorais.
 () *Habeas-corpus*, em matéria eleitoral, contra ato de autoridade que responderia a processo perante o Tribunal de Justiça do Estado por crimes comuns ou de responsabilidade.
2. Subsidiária () *Habeas-corpus*, quando houver perigo de se consumir a violência antes que o juiz eleitoral competente possa prover sobre a impetração.
 () Recursos contra decisões dos juízes eleitorais que concederam ou denegaram *habeas-corpus* ou mandado de segurança.
 () Registro e cancelamento do registro de candidatos a Governador.

A sequência está correta em:

- A) 1, 2, 1, 1, 2 B) 2, 2, 1, 2, 1 C) 1, 1, 2, 2, 2 D) 1, 1, 1, 2, 1 E) 2, 1, 2, 1, 2

39) Aponte, dentre as alternativas abaixo, qual delas NÃO corresponde ao trâmite adequado de processos no Tribunal, segundo seu Regimento Interno:

- A) Somente se conhecerá das consultas feitas em tese, sobre matéria da competência do Tribunal e por autoridade pública ou diretório regional de partido político.
- B) Aplicam-se, à instrução da ação de impugnação de mandato eletivo, as regras inerentes ao procedimento comum do Código de Processo Civil, estando esta sujeita, contudo, à aplicação, no que tange a prazos recursais, daqueles previstos no Código Eleitoral.
- C) A admissibilidade de recurso depende de protesto contra as irregularidades ou nulidades argüidas perante as mesas receptoras, no ato da votação, se for esse o objeto da pretensão recursal; lado outro, se o recurso versar contra a apuração, o protesto deverá ser efetuado, no ato desta, perante as juntas eleitorais.
- D) A espécie de recurso cabível ao Tribunal Superior Eleitoral, quando da ocorrência de divergência na interpretação de lei entre dois ou mais Tribunais Eleitorais, é o especial.
- E) A reclamação contra juiz eleitoral ou que vise apuração de falta grave de servidor poderá ter seu arquivamento determinado pelo Corregedor Regional Eleitoral se, à vista dos autos, este entendê-la como manifestamente improcedente, emitindo o provimento correicional que lhe pareça adequado.

40) Determinado servidor do Tribunal Regional Eleitoral recebeu feito classificado como “MS” para distribuição dentre os juízes do Tribunal. Verificada a devida equalização na divisão dos trabalhos, procedeu com a remessa dos autos. Constatou-se, contudo, que há três dias o juiz, a quem o servidor destinou os autos, está afastado do Tribunal. Dada a situação vivenciada, assinale o procedimento correto a ser adotado, consoante ao Regimento Interno:

- A) O processo deverá ser redistribuído, realizando-se a compensação oportunamente.
- B) O processo deverá ser redistribuído no interregno de 30 (trinta) dias após o afastamento do juiz, realizando-se a oportuna compensação.
- C) Sendo o juiz afastado o relator do processo, o feito deverá ser passado ao membro mais antigo do Tribunal.
- D) Não é necessária a redistribuição do processo até que transcorram 30 (trinta) dias do afastamento do juiz, posto que não houve fundada alegação do interessado quanto à indispensável solução urgente para o feito.
- E) Se o juiz afastado atuou na ação penal na condição de relator ou revisor, a revisão penal deve ser atribuída ao juiz sucessor.



NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**41) O poder extroverso do ato administrativo é:**

- A) O mesmo que imperatividade, ou seja, o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância.
- B) O mesmo que auto-executoriedade.
- C) O mesmo que exigibilidade.
- D) O mesmo que tipicidade, ou seja, o atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados.
- E) O poder de tutela sobre os órgãos da administração pública.

42) Marque a alternativa INCORRETA:

- A) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- B) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- C) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável, uma vez, por igual período.
- D) A proibição de acumular cargos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, exceto sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público.
- E) As funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

43) Marque a alternativa INCORRETA:

- A) A fixação de vencimentos dos servidores públicos não pode ser objeto de convenção coletiva.
- B) O estágio probatório não atinge o servidor público contra a extinção do cargo.
- C) Pela falta residual não compreendida na absolvição pelo juízo criminal, é admissível a punição administrativa do servidor público.
- D) Servidor vitalício está sujeito à aposentadoria compulsória em razão da idade.
- E) Ofende à Constituição, a correção monetária no pagamento com atraso dos vencimentos de servidores públicos.

44) Por motivos de conveniência e oportunidade, a Administração poderá:

- A) Revogar seus próprios atos.
- B) Anular seus próprios atos.
- C) Deixar de aferir a legalidade do ato.
- D) Reconsiderar os atos que já tenham exaurido seus efeitos.
- E) Desobedecer aos direitos adquiridos.

45) Os atos de improbidade administrativa NÃO importarão em:

- A) Perda dos direitos políticos.
- B) Perda da função pública.
- C) Indisponibilidade dos bens.
- D) Ressarcimento ao erário.
- E) Se for o caso, também na ação penal cabível.

46) De acordo com a Lei Federal nº 8666/1993 é dispensável a licitação, EXCETO:

- A) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- B) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- C) Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- D) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- E) Para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas para a administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

47) Sobre os temas licitação e contratos marque a alternativa INCORRETA:

- A) A obrigatoriedade da licitação também alcança autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mistas e fundações públicas.



- B) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- C) O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.
- D) O contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato.
- E) São modalidades de licitação a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso, o leilão e o cadastro.
- 48) Sobre a Lei nº 9784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, marque a alternativa INCORRETA:**
- A) A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.
- B) É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.
- C) Os prazos começam a correr a partir da data de cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.
- D) Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada. Da revisão do processo poderá resultar agravamento da sanção.
- E) É dever do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros, prestar informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.
- 49) Sobre o tema concessão e permissão no serviço público, marque a alternativa INCORRETA:**
- A) Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma da lei.
- B) Segundo a lei, a permissão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão.
- C) Concessão de serviço público caracteriza-se como a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou a consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- D) A permissão de serviço público não poderá ser feita à pessoa física.
- E) As concessões e permissões sujeitar-se-ão à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação, com a cooperação dos usuários.
- 50) Sobre os servidores públicos, marque a alternativa INCORRETA:**
- A) Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público a garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.
- B) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- C) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- D) O servidor público não tem direito a remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- E) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

- 51) O método de interpretação da Constituição segundo o qual o intérprete aplicador deve considerar e trabalhar com dois tipos de elementos de concretização: um formado pelos elementos resultantes da interpretação do texto da norma e o outro, resultante da investigação do referente normativo, é chamado de:**
- A) Método normativo-estruturante.
- B) Método tópico-problemático.
- C) Método científico-espiritual.
- D) Método hermenêutico-concretizador.
- E) Método jurídico.



- 52) O Poder Constituinte que consiste na possibilidade dos Estados-membros terem, em virtude de sua autonomia político-administrativa, de se auto-organizarem por meio de suas respectivas constituições estaduais é chamado pela doutrina de:**
A) Conseqüente. B) Inicial. C) Autônomo. D) Decorrente. E) Descendente.
- 53) Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, marque a alternativa INCORRETA:**
A) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição da República.
B) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização anterior, se houver dano.
C) Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.
D) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
E) A propriedade atenderá a sua função social.
- 54) Prefeito Municipal que comete crime eleitoral é julgado pelo:**
A) Tribunal de Justiça. D) Tribunal Regional Eleitoral.
B) Tribunal Regional Federal. E) Juiz Estadual.
C) Juiz Eleitoral.
- 55) Compete exclusivamente à União, EXCETO:**
A) Emitir moeda.
B) Organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios.
C) Conceder anistia.
D) Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
E) Manter o serviço postal e o correio aéreo nacional.
- 56) O Estado da Federação que possua 13(treze) Deputados Federais terá o seguinte número de Deputados Estaduais:**
A) 13 B) 26 C) 37 D) 40 E) 27
- 57) Podem propor a ação declaratória de constitucionalidade, EXCETO:**
A) O Presidente da República.
B) A Mesa do Congresso Nacional.
C) O Governador de Estado ou do Distrito Federal.
D) O Procurador-Geral da República.
E) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- 58) Sobre o Conselho Nacional de Justiça, marque a alternativa INCORRETA:**
A) A ele cabe zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência ou recomendar providências.
B) A ele cabe representar o Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade.
C) Os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
D) A ele cabe rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros dos tribunais julgados há menos de um ano.
E) A ele cabe receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos em curso e determinar remoção, a disponibilidade ou aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, inclusive demissão dos juízes, assegurada ampla defesa.



59) Compete privativamente ao Senado Federal, EXCETO:

- A) Elaborar seu regimento interno.
- B) Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de magistrados, nos casos estabelecidos na Constituição da República.
- C) Aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- D) Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente e os Ministros de Estado.
- E) Estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

60) Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos, EXCETO:

- A) Unidade da base de financiamento.
- B) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- C) Seletividade e distributividade na prestações dos benefícios e serviços.
- D) Irredutibilidade do valor dos benefícios.
- E) Universalidade da cobertura e do atendimento.

NOÇÕES DE DIREITO ELEITORAL

61) Marque a alternativa INCORRETA:

- A) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que não estejam a serviço de seu país.
- B) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- C) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- D) São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- E) Aos originários de países de língua estrangeira com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na Constituição da República.

62) São privativos de brasileiro nato os seguintes cargos, EXCETO:

- A) Presidente e Vice-Presidente da República.
- B) Ministro das Relações Exteriores.
- C) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- D) Oficial das Forças Armadas.
- E) Presidente da Câmara dos Deputados.

63) NÃO é uma condição de elegibilidade a idade mínima de:

- A) Dezoito anos para vereador.
- B) Trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.
- C) Trinta e cinco anos para Senador.
- D) Vinte e um anos para juiz de paz.
- E) Trinta anos para Deputado Federal.

64) Marque a alternativa INCORRETA:

- A) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o serviço militar obrigatório, os conscritos.
- B) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil a lei que alterar o processo eleitoral só poderá entrar em vigor após um ano de sua publicação.
- C) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- D) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- E) São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.



65) São preceitos que, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, devem ser observados pelos partidos políticos, EXCETO:

- A) Vedação à utilização pelos partidos de organização paramilitar.
- B) Caráter nacional.
- C) Proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes, exceto quando for de organismo ligado à proteção dos Direitos Humanos.
- D) Prestação de contas à Justiça Eleitoral.
- E) Funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

66) Marque a alternativa INCORRETA:

- A) Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher.
- B) No caso de coligação para as eleições proporcionais, independentemente do número de partidos que a integrem, poderão ser registrados candidatos até o triplo do número de lugares a preencher.
- C) Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as dezenove horas, do dia 5 de julho, do ano em que se realizarem as eleições.
- D) Na hipótese de o partido ou coligação não requerer o registro de seus candidatos, estes poderão fazê-lo perante a Justiça Eleitoral nas quarenta e oito horas seguintes ao encerramento do prazo previsto para os partidos e coligações.
- E) O candidato às eleições proporcionais indicará, no pedido de registro, além de seu nome completo, as variações nominais com que deseja ser registrado, até o máximo de três opções, que poderão ser o prenome, sobrenome, cognome, nome abreviado, apelido ou nome pelo qual é mais conhecido, desde que não se estabeleça dúvida quanto à sua identidade, não atente contra o pudor e não seja ridículo ou irreverente, mencionando em que ordem de preferência deseja registrar-se.

67) Sobre a Propaganda Eleitoral, marque a alternativa INCORRETA:

- A) A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 5 de julho do ano da eleição.
- B) É permitida, até a antevéspera das eleições, a divulgação paga, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral, no espaço máximo, por edição, para cada candidato, partido ou coligação, de um oitavo de página de jornal padrão e um quarto de página de revista ou tablóide.
- C) Só a partir do registro da candidatura é que é assegurado o direito de resposta a candidato, partido ou coligação atingidos, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social.
- D) Ao postulante à candidatura a cargo eletivo, é permitida a realização, na quinzena anterior à escolha pelo partido, de propaganda intrapartidária com vista à indicação de seu nome, vedado o uso de rádio, televisão e *outdoor*.
- E) Independe da obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral a veiculação de propaganda eleitoral pela distribuição de folhetos, volantes e outros impressos, os quais devem ser editados sob a responsabilidade do partido, coligação ou candidato.

68) Sobre os Recursos Eleitorais, marque a alternativa INCORRETA:

- A) Não é cabível recurso contra expedição de diploma, no caso de inelegibilidade.
- B) Os recursos eleitorais não terão efeito suspensivo.
- C) Sempre que a lei não fixar prazo especial, o recurso deverá ser interposto em três dias da publicação do ato, resolução ou despacho.
- D) Dos atos, resoluções ou despachos dos juízes ou juntas eleitorais caberá recurso para o Tribunal Regional.
- E) São admissíveis embargos de declaração, quando há no acórdão obscuridade, dúvida ou contradição.

69) Sobre a Justiça Eleitoral, marque a alternativa INCORRETA:

- A) São órgãos da Justiça Eleitoral: o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Juízes Eleitorais e as Juntas Eleitorais.
- B) O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros.
- C) Haverá um Tribunal Regional Eleitoral na Capital de cada Estado e no Distrito Federal.



- D) O Tribunal Regional Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os desembargadores.
- E) O Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Eleitoral, dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

70) Sobre diplomação, eleitores portadores de deficiência, sistema proporcional e propaganda eleitoral, marque a alternativa INCORRETA:

- A) Os candidatos são investidos nos cargos eletivos com a diplomação.
- B) Os candidatos eleitos, assim como os suplentes, receberão diploma assinado pelo Presidente do Tribunal Superior, do Tribunal Regional ou da Junta Eleitoral, conforme o caso.
- C) Não estará sujeita à sanção, a pessoa portadora de deficiência a qual torne impossível ou demasiadamente oneroso o cumprimento das obrigações eleitorais, relativas ao alistamento e ao exercício do voto.
- D) De acordo com o sistema proporcional, o candidato com maior número de votos válidos nas eleições será sempre proclamado eleito.
- E) A propaganda exercida nos termos da legislação eleitoral não poderá ser objeto de multa nem cerceada sob alegação do exercício do poder de polícia.



GABARITO OFICIAL – CONCURSO PÚBLICO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL
CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO / BIBLIOTECONOMIA
(PROVA I / MANHÃ/ PRETA)

DIVULGADO DIA: 15/12/2008

PRAZO PARA RECURSO CONFORME DETERMINA O ITEM 8.1 DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01 DE 25 DE SETEMBRO DE 2008

01	B	21	A	41	C	61	B
02	C	22	E	42	B	62	A
03	E	23	A	43	E	63	C
04	A	24	A	44	B	64	D
05	C	25	A	45	A	65	C
06	E	26	A	46	E	66	B
07	B	27	B	47	A	67	A
08	D	28	E	48	E	68	C
09	C	29	B	49	A	69	B
10	E	30	C	50	D	70	D
11	B	31	D	51	E	71	D
12	D	32	E	52	A	72	E
13	D	33	A	53	C	73	B
14	C	34	A	54	E	74	B
15	A	35	C	55	D	75	D
16	D	36	E	56	B	76	E
17	A	37	B	57	B	77	D
18	C	38	D	58	A	78	A
19	C	39	E	59	E	79	E
20	E	40	C	60	C	80	E

=====

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO / BIBLIOTECONOMIA
(PROVA II/ MANHÃ/ VERMELHA)

01	C	21	A	41	B	61	C
02	E	22	A	42	A	62	B
03	B	23	A	43	C	63	E
04	D	24	A	44	D	64	B
05	B	25	E	45	C	65	A
06	C	26	C	46	B	66	E
07	E	27	D	47	A	67	A
08	A	28	E	48	C	68	E
09	C	29	A	49	B	69	A
10	E	30	A	50	D	70	D
11	B	31	C	51	D	71	E
12	A	32	B	52	E	72	A
13	C	33	A	53	B	73	C
14	C	34	E	54	B	74	E
15	E	35	B	55	D	75	D
16	D	36	C	56	E	76	B
17	D	37	E	57	D	77	B
18	C	38	B	58	A	78	A
19	A	39	D	59	E	79	E
20	D	40	E	60	E	80	C

GABARITO OFICIAL – CONCURSO PÚBLICO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL
CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO / PSICOLOGIA
(PROVA I / MANHÃ/ PRETA)

DIVULGADO DIA: 15/12/2008

PRAZO PARA RECURSO CONFORME DETERMINA O ITEM 8.1 DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01 DE 25 DE SETEMBRO DE 2008

01	B	21	A	41	C	61	D
02	C	22	E	42	A	62	B
03	E	23	A	43	E	63	E
04	A	24	A	44	D	64	A
05	C	25	A	45	A	65	C
06	E	26	A	46	D	66	D
07	B	27	B	47	A	67	B
08	D	28	E	48	E	68	D
09	C	29	B	49	D	69	B
10	E	30	C	50	A	70	E
11	B	31	D	51	C	71	B
12	D	32	E	52	B	72	D
13	D	33	A	53	B	73	B
14	C	34	A	54	B	74	C
15	A	35	C	55	B	75	C
16	D	36	E	56	E	76	A
17	A	37	B	57	*	77	D
18	C	38	D	58	C	78	C
19	C	39	E	59	*	79	*
20	E	40	C	60	*	80	*

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO / PSICOLOGIA
(PROVA II/ MANHÃ/ VERMELHA)

01	C	21	A	41	D	61	C
02	E	22	A	42	B	62	A
03	B	23	A	43	E	63	E
04	D	24	A	44	A	64	D
05	B	25	E	45	C	65	A
06	C	26	C	46	D	66	D
07	E	27	A	47	B	67	A
08	A	28	D	48	D	68	E
09	C	29	E	49	B	69	D
10	E	30	A	50	E	70	A
11	B	31	C	51	B	71	C
12	A	32	B	52	D	72	B
13	C	33	A	53	B	73	B
14	C	34	E	54	C	74	B
15	E	35	B	55	C	75	B
16	D	36	C	56	C	76	E
17	D	37	E	57	A	77	C
18	C	38	B	58	D	78	*
19	A	39	D	59	*	79	*
20	D	40	E	60	*	80	*

* Questão anulada

GABARITO OFICIAL – CONCURSO PÚBLICO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL
CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO / ADMINISTRATIVA
(PROVA I / MANHÃ/ PRETA)

DIVULGADO DIA: 15/12/2008

PRAZO PARA RECURSO CONFORME DETERMINA O ITEM 8.1 DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01 DE 25 DE SETEMBRO DE 2008

01	B	21	A	41	C	61	D
02	C	22	E	42	A	62	C
03	E	23	A	43	A	63	C
04	A	24	A	44	B	64	E
05	C	25	A	45	E	65	A
06	E	26	B	46	E	66	C
07	B	27	D	47	C	67	E
08	D	28	C	48	B	68	C
09	C	29	E	49	E	69	B
10	E	30	E	50	B	70	C
11	B	31	A	51	B	71	D
12	D	32	C	52	A	72	A
13	D	33	A	53	B	73	C
14	C	34	B	54	A	74	B
15	A	35	C	55	D	75	A
16	D	36	C	56	D	76	C
17	A	37	A	57	A	77	D
18	C	38	E	58	D	78	C
19	C	39	B	59	B	79	D
20	E	40	D	60	D	80	E

=====

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO / ADMINISTRATIVA
(PROVA II/ MANHÃ/ VERMELHA)

01	C	21	A	41	C	61	D
02	E	22	A	42	A	62	A
03	B	23	A	43	B	63	D
04	D	24	A	44	C	64	B
05	B	25	E	45	C	65	D
06	C	26	C	46	B	66	A
07	E	27	E	47	A	67	C
08	A	28	E	48	B	68	B
09	C	29	B	49	A	69	A
10	E	30	D	50	D	70	C
11	B	31	A	51	E	71	E
12	A	32	E	52	C	72	C
13	C	33	B	53	E	73	B
14	C	34	D	54	B	74	C
15	E	35	C	55	B	75	D
16	D	36	A	56	D	76	D
17	D	37	A	57	C	77	E
18	C	38	B	58	C	78	C
19	A	39	E	59	E	79	D
20	D	40	A	60	A	80	C

GABARITO OFICIAL – CONCURSO PÚBLICO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL
CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO / ANÁLISE DE SISTEMAS
(PROVA I / MANHÃ/ PRETA)

DIVULGADO DIA: 15/12/2008

PRAZO PARA RECURSO CONFORME DETERMINA O ITEM 8.1 DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01 DE 25 DE SETEMBRO DE 2008

01	B	21	A	41	E	61	D
02	C	22	B	42	C	62	C
03	E	23	E	43	D	63	B
04	A	24	B	44	C	64	A
05	C	25	C	45	A	65	A
06	E	26	D	46	D	66	C
07	B	27	E	47	E	67	E
08	D	28	A	48	A	68	C
09	C	29	A	49	C	69	E
10	E	30	C	50	A	70	C
11	B	31	C	51	D	71	D
12	D	32	A	52	C	72	E
13	D	33	B	53	C	73	C
14	C	34	A	54	B	74	E
15	A	35	E	55	B	75	A
16	D	36	B	56	B	76	D
17	A	37	D	57	D	77	A
18	C	38	C	58	B	78	E
19	C	39	E	59	C	79	D
20	E	40	E	60	C	80	C

=====

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO / ANÁLISE DE SISTEMAS
(PROVA II/ MANHÃ/ VERMELHA)

01	C	21	C	41	C	61	A
02	E	22	C	42	D	62	D
03	B	23	A	43	E	63	C
04	D	24	B	44	C	64	C
05	B	25	A	45	E	65	B
06	C	26	E	46	A	66	B
07	E	27	B	47	D	67	B
08	A	28	A	48	A	68	D
09	C	29	E	49	E	69	B
10	E	30	B	50	D	70	C
11	B	31	C	51	C	71	C
12	A	32	A	52	E	72	D
13	C	33	A	53	C	73	C
14	C	34	E	54	D	74	B
15	E	35	D	55	C	75	A
16	D	36	C	56	A	76	A
17	D	37	E	57	D	77	C
18	C	38	E	58	E	78	E
19	A	39	B	59	A	79	C
20	D	40	D	60	C	80	E

GABARITO OFICIAL – CONCURSO PÚBLICO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL
CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO / JUDICIÁRIA
(PROVA I / MANHÃ/ PRETA)

DIVULGADO DIA: 15/12/2008

PRAZO PARA RECURSO CONFORME DETERMINA O ITEM 8.1 DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01 DE 25 DE SETEMBRO DE 2008

01	B	21	A	41	C	61	C
02	C	22	E	42	C	62	E
03	E	23	A	43	D	63	C
04	A	24	A	44	B	64	B
05	C	25	A	45	B	65	A
06	E	26	B	46	E	66	C
07	B	27	D	47	D	67	C
08	D	28	C	48	E	68	D
09	C	29	E	49	E	69	B
10	E	30	E	50	C	70	A
11	B	31	A	51	D	71	B
12	D	32	C	52	A	72	C
13	D	33	A	53	D	73	D
14	C	34	B	54	B	74	C
15	A	35	C	55	D	75	D
16	D	36	C	56	D	76	C
17	A	37	A	57	C	77	D
18	C	38	D	58	C	78	C
19	C	39	E	59	E	79	D
20	E	40	B	60	A	80	E

=====

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO / JUDICIÁRIA
(PROVA II/ MANHÃ/ VERMELHA)

01	C	21	A	41	B	61	A
02	E	22	A	42	E	62	B
03	B	23	A	43	D	63	C
04	D	24	A	44	E	64	D
05	B	25	E	45	E	65	C
06	C	26	C	46	C	66	D
07	E	27	E	47	C	67	C
08	A	28	E	48	C	68	E
09	C	29	B	49	D	69	C
10	E	30	D	50	B	70	B
11	B	31	D	51	A	71	A
12	A	32	C	52	C	72	C
13	C	33	A	53	C	73	C
14	C	34	E	54	E	74	D
15	E	35	B	55	A	75	B
16	D	36	A	56	D	76	C
17	D	37	C	57	D	77	D
18	C	38	A	58	B	78	E
19	A	39	B	59	D	79	C
20	D	40	C	60	D	80	D

GABARITO OFICIAL – CONCURSO PÚBLICO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL
CARGO: TÉCNICO JUDICIÁRIO / ADMINISTRATIVA
(PROVA I / TARDE/ PRETA)

DIVULGADO DIA: 15/12/2008

PRAZO PARA RECURSO CONFORME DETERMINA O ITEM 8.1 DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01 DE 25 DE SETEMBRO DE 2008

01	D	21	C	41	A	61	E
02	A	22	D	42	D	62	B
03	B	23	B	43	E	63	E
04	D	24	C	44	A	64	B
05	A	25	D	45	A	65	C
06	B	26	B	46	B	66	B
07	D	27	C	47	E	67	C
08	E	28	E	48	D	68	A
09	A	29	C	49	D	69	E
10	B	30	D	50	D	70	A
11	E	31	A	51	A		
12	B	32	C	52	D		
13	E	33	E	53	B		
14	B	34	E	54	D		
15	E	35	C	55	D		
16	B	36	D	56	C		
17	E	37	A	57	B		
18	A	38	D	58	E		
19	D	39	E	59	D		
20	A	40	A	60	A		

=====

CARGO: TÉCNICO JUDICIÁRIO / ADMINISTRATIVA
(PROVA II/ TARDE/ VERMELHA)

01	B	21	B	41	A	61	C
02	E	22	C	42	B	62	B
03	A	23	D	43	E	63	C
04	D	24	C	44	D	64	A
05	A	25	D	45	D	65	E
06	D	26	E	46	D	66	A
07	A	27	C	47	A	67	E
08	B	28	B	48	D	68	B
09	D	29	C	49	E	69	E
10	A	30	E	50	A	70	B
11	B	31	C	51	D		
12	D	32	A	52	C		
13	E	33	C	53	B		
14	A	34	D	54	E		
15	B	35	E	55	D		
16	E	36	E	56	A		
17	B	37	A	57	A		
18	E	38	D	58	D		
19	B	39	A	59	B		
20	E	40	D	60	D		

GABARITO OFICIAL – CONCURSO PÚBLICO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

CARGO: TÉCNICO JUDICIÁRIO / ELETRICIDADE E TELECOMUNICAÇÕES
(PROVA I / TARDE/ PRETA)

DIVULGADO DIA: 15/12/2008

PRAZO PARA RECURSO CONFORME DETERMINA O ITEM 8.1 DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01 DE 25 DE SETEMBRO DE 2008

01	D	21	C	41	A	61	E
02	A	22	D	42	E	62	A
03	B	23	B	43	A	63	B
04	D	24	C	44	C	64	D
05	A	25	D	45	A	65	A
06	B	26	B	46	C	66	D
07	D	27	C	47	D	67	C
08	E	28	E	48	D	68	B
09	A	29	C	49	C	69	B
10	B	30	D	50	A	70	E
11	E	31	A	51	B		
12	B	32	C	52	E		
13	E	33	E	53	E		
14	B	34	E	54	A		
15	E	35	C	55	A		
16	B	36	D	56	B		
17	E	37	A	57	D		
18	A	38	D	58	B		
19	D	39	E	59	E		
20	A	40	A	60	E		

=====

CARGO: TÉCNICO JUDICIÁRIO / ELETRICIDADE E TELECOMUNICAÇÕES
(PROVA II/ TARDE/ VERMELHA)

01	B	21	B	41	A	61	E
02	E	22	C	42	B	62	A
03	A	23	D	43	D	63	E
04	D	24	C	44	D	64	A
05	A	25	D	45	C	65	C
06	D	26	E	46	B	66	A
07	A	27	C	47	B	67	C
08	B	28	B	48	E	68	D
09	D	29	C	49	E	69	D
10	A	30	E	50	E	70	C
11	B	31	C	51	A		
12	D	32	A	52	E		
13	E	33	C	53	A		
14	A	34	D	54	B		
15	B	35	E	55	E		
16	E	36	E	56	A		
17	B	37	A	57	A		
18	E	38	D	58	B		
19	B	39	A	59	D		
20	E	40	D	60	B		